

1 Contexto operacional

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de suas lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ". A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia operava 184 lojas e 12 Centros de Distribuição, em 22 estados mais o Distrito Federal.

Com o processo de reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro de 2020, vide nota nº 1.2, a Companhia deixou de ser uma subsidiária integral do GPA e passou a ser uma controlada direta da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes").

Em 27 de novembro de 2019 a Companhia adquiriu do Casino Guichard Perrachon ("Casino") o controle da Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai tendo Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. Em 31 de dezembro de 2020 o Éxito foi cindido para o GPA, vide nota nº 1.2 e as operações do Éxito estão sendo apresentadas como "Operação Descontinuada", vide nota nº 32.

1.1 Registro da Sendas como Companhia Aberta

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de setembro de 2020 foi autorizado o início dos estudos para a segregação da Companhia do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") por meio de uma operação de cisão parcial ("Cisão").

A Cisão foi precedida da transferência da participação acionária no Éxito atualmente detida pela Companhia e a transferência de certos ativos operacionais para o GPA, vide nota nº 1.2.

O propósito da Cisão foi liberar o pleno potencial dos negócios da Companhia, permitindo que opere de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e oportunidades de mercado. Adicionalmente, a Cisão permitirá acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento.

Com a implementação da Cisão, as ações de emissão da Companhia detidas pelo GPA foram distribuídas aos acionistas do GPA, na exata proporção das participações por eles detidas no capital social do GPA. A referida distribuição ocorreu após a obtenção, pela Companhia, da listagem das ações de sua emissão no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, juntamente com a listagem de ADSs (*American Depositary Securities*) representando ações da Companhia na *New York Stock Exchange* (NYSE).

Em 11 de dezembro de 2020 a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº480/2009.

1.2 Reorganização Societária

Em 14 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de Reorganização Societária ("Cisão") visando realizar a segregação da unidade de *cash and carry* explorada sob a marca "ASSAÍ" pela Companhia, das demais atividades de varejo tradicional do GPA.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária que compreende:

i) Cisão da Companhia: cisão parcial de Sendas com a incorporação do acervo cindido pelo GPA, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente foi de R\$9.179, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito ("Participação Éxito") e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas ("Ativos Operacionais"), no valor de R\$25; e

ii) Cisão do GPA: cisão parcial do GPA, visando segregar a totalidade da participação acionária que o GPA detém na Companhia, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente, foi de R\$1.216, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

No processo de cisão entre Sendas e GPA, foi realizada uma permuta de ativos que transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações e equivalente a, aproximadamente, 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito, mediante o recebimento dos seguintes ativos de propriedade do GPA que passarão a ser explorados pela Companhia:

i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. ("Bellamar"), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC"), que totalizam o valor de R\$769, vide nota nº 14.1, e Imóveis, que totalizam o valor de R\$146, vide nota nº 16.2.

ii) Aumento de capital na Companhia no montante de R\$685, sendo por: a) R\$500 em dinheiro; b) R\$140 mediante a capitalização de valores a pagar ao GPA; c) R\$45 mediante o acervo líquido contábil de ativos de lojas para futura exploração da Companhia, vide nota nº 24.1; e

iii) R\$168 referente a contingências e os depósitos judiciais relacionados e que a Companhia e o GPA acordaram que serão responsáveis após a Cisão. Estes efeitos indenizatórios foram registrados em partes relacionadas, vide nota nº 12.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de novembro de 2020, a Companhia obteve dos seus credores, todas as autorizações necessárias a fim de permitir a segregação da sua unidade de *cash & carry* por meio da referida Cisão, na mesma data também foi aprovada a repactuação de determinadas taxas de remuneração e a liberação do GPA como garantidor das emissões das debêntures e notas promissórias da Companhia. O valor total da dívida renegociada foi R\$6.644, representando 85% da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Em contrapartida da repactuação das taxas de remuneração, a Companhia obteve um "waiver" dos *covenants* financeiro para o período de 31 de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2023 e devido a essa renegociação, foi reconhecido no resultado financeiro o montante de R\$71, que está registrado na rubrica custo da dívida, vide nota nº 28.

1.2.1 Desconsolidação da subsidiária Êxito

Os saldos do balanço patrimonial de Êxito de 31 de dezembro de 2020, estão sumarizados no quadro abaixo. Por se tratar do desreconhecimento da única subsidiária da Companhia, a Companhia deixa de apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

ATIVO	Nota	31/12/2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		3.687
Contas a receber		384
Outras contas a receber		220
Estoques		2.993
Impostos a recuperar		570
Ativos mantidos para venda		30
Outros ativos circulantes		130
Total do ativo circulante		8.014
Não circulante		
Partes relacionadas		82
Depósitos judiciais		3
Outros ativos não circulantes		171
Investimentos	13	480
Propriedades para Investimento	15	3.639
Imobilizado	16.2	10.504
Intangível	17	4.051
Total do ativo não circulante		18.930
TOTAL DO ATIVO		26.944
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores		6.449
Empréstimos e financiamentos	19.14	1.051
Salários e encargos sociais		375
Passivo de arrendamento	21.3	377
Partes relacionadas		77
Impostos e contribuições sociais a recolher		288
Aquisição de participação de acionistas não controladores		636
Receitas antecipadas		200
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		40
Outros passivos circulantes		236
Total do passivo circulante		9.729
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	19.14	520
Imposto de renda e contribuição social diferidos		883
Provisão para demandas judiciais	20	139
Passivo de arrendamento	21.3	2.039
Outros passivos não circulantes		39
Total do passivo não circulante		3.620
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do patrimônio líquido		13.595
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.944

1.3 Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de Coronavírus conhecida como COVID-19 se espalhou pelo mundo. Desde então, a Companhia vem monitorando o progresso do COVID-19 e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões de prevenção e contenção da pandemia em linha com o recomendado pelo Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, distribuição de itens de segurança/ proteção aos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, uma vez que não sofremos as restrições impostas pelo governo de fechamento, ou *lockdown*, por sermos considerados serviço essencial. A Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas.

Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e em 29 de janeiro de 2021 emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações financeiras, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

- A Companhia revisitou seus orçamentos, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos de lojas e ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2020, e não foram observados decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. Em virtude da incerteza quanto ao final da pandemia e suas consequências macroeconômicas, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável para alguns de seus ativos e, consequentemente, revisitou o teste de recuperação de ativos (vide nota nº 16.1). O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela Alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2020. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,80% em 31 de dezembro de 2020 (8,4% em 31 de dezembro de 2019), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,6% em 31 de dezembro de 2020 (4,8% em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos;

- Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas;

- Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização;

- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas nestas demonstrações financeiras. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;

- A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento; e

- Por fim, os custos necessários para adaptação das nossas lojas para atendimento ao público não foram significativos e estão destacados na nota nº 27 - Outras despesas operacionais, líquidas.

Em resumo, de acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças ou registros de provisões, além daquelas já divulgadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

1.4 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19 (vide nota nº 1.3). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.5 Sale and Leaseback

Em linha com a estratégia de monetização de ativos da Companhia, foi divulgado fato relevante em 5 de março de 2020 que a Companhia celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície". O Instrumento previa inicialmente a venda de 13 imóveis da Companhia, pelo valor total de R\$532.

- Em 29 de maio de 2020 a Companhia concluiu a venda de 4 desses imóveis, no valor total de R\$175 pagos à vista pelo comprador.

- Em 29 de junho de 2020 a Companhia concluiu a venda de mais 4 imóveis, no valor total de R\$206 recebidos à vista.

- Em 22 de julho de 2020 a Companhia concluiu a venda de mais 4 imóveis por R\$131, sendo excluído 1 imóvel de valor não relevante do volume total.

Com isso, a Companhia concluiu a venda dos 12 imóveis para os fundos TRX, por um valor total de R\$513. O ganho relacionado a transação está divulgado na nota nº 27.

As partes celebraram contratos de locação para cada um dos imóveis, com prazo de 15 anos, renováveis por igual período.

2 Base de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o Real – R\$. A moeda funcional das associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2021.

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controlada, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Não há ativos e passivos relevantes de longo prazo sujeitos ao ajuste a valor presente. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados ao valor presente.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

3.3 Combinações de negócios

As transações sob controle comum não têm previsão expressa no IFRS, onde as transações com finalidade meramente de reorganização societária, sem essência econômica, são tratadas a custo pela Companhia e seus efeitos registrados no patrimônio líquido. As transações efetuadas com substância econômica, são tratadas a valor de mercado seguindo o CPC 15R / IFRS 3R.

3.4 Investimentos em controladas em conjunto (Joint Ventures)

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As controladas em conjunto estão sendo contabilizadas no método da equivalência patrimonial.

3.5 Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixada e:

- Representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações;
- É parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado, vide nota nº 32.

Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

3.6 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota nº 24.2.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos realizadas pela Companhia estão sendo divulgadas nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos relacionados, em conformidade com o CPC03 (R2) / IAS7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.8 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4 Reapresentação dos valores correspondentes em decorrência de cisão da subsidiária Almacenes Éxito S.A. ("Éxito")

A demonstração do resultado do exercício consolidada e a demonstração do valor adicionado consolidado e as notas explicativas relacionados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas devido a Cisão da subsidiária Éxito, considerando os efeitos de tal transação em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2020

5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2020, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no IFRS3 / CPC 15 (R1) – Combinação de negócios (*)	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.	01/01/2020
CPC 26 (R1) e IAS 1: Definição de omissão material	Alinha a definição omissão em todas as normas definindo que informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.	01/01/2020
Alterações no CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS7 e CPC 48 / IFRS9 : Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	01/01/2020
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	01/01/2020
Revisão CPC 06 (R2) / IFRS16	Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento é uma modificação do contrato de arrendamento. A Companhia não faz uso desse expediente prático.	01/01/2020 (Publicada em 07/07/2020)

(*) Aplicável para aquisições ocorridas a partir de 1º de janeiro de 2020.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 1: Classificação de passivos como circulante e não circulante	Especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.	01/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6 Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável – impairment: Notas nº 8.2, 16.1, 17.1 e 17.2.
- Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda, Nota nº 10.
- Tributos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários, Nota nº 11.
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros: mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, Nota nº 19.10.

- Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade, Nota nº 20.
- Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, Nota nº 23.
- Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação, Nota nº 24.
- Combinação de negócios: estimativas de valor justo de ativos e passivos adquiridos na combinação de negócios e goodwill resultante, Nota nº 14.
- Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental, Nota nº 21.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Caixa e contas bancárias - Brasil	64	67	67
Caixa e contas bancárias - Exterior (*)	29	-	3.024
Aplicações financeiras - Brasil (**)	3.439	1.809	1.810
Aplicações financeiras - Exterior (***)	-	-	125
	3.532	1.876	5.026

(*) (i) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R\$24 em dólares norte-americanos e R\$5 em pesos colombianos; (ii) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo do consolidado, referem-se a recursos do grupo Éxito, sendo R\$73 em pesos argentinos, R\$254 em pesos uruguaios e R\$2.697 em pesos colombianos.

(**) Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 96,96% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (87,71% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

(***) Em 31 de dezembro de 2019, referem-se a recursos aplicados no exterior, em moeda local equivalente a R\$20 na Argentina, R\$4 no Uruguai e R\$101 na Colômbia.

8 Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

A provisão para perdas esperadas de contas a receber mensuradas ao custo amortizado é apresentada como redutor do seu saldo contábil.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento. A cada data de balanço patrimonial, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

Nota	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Proveniente de vendas com:			
Administradoras de cartões de crédito	8.1	62	17
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas	12.1	17	10
Tickets de vendas e outros		77	56
Contas a receber de partes relacionadas	12.1	10	19
Contas a receber de fornecedores/ boletos		20	92
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	8.2	(4)	(5)
		182	189
			491

8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento dos valores a vencer junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realiza a baixa do saldo de contas a receber.

8.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No início do exercício	(5)	(4)	(32)	(4)
Perdas/reversão registrada no exercício	-	-	(51)	2
Baixa de contas a receber	1	(1)	42	(2)
Operação descontinuada	-	-	43	-
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	(6)	-
Combinação de negócios	-	-	-	(28)
No fim do exercício	(4)	(5)	(4)	(32)

Abaixo apresentamos a composição das contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Controladora					
			Títulos vencidos			
	Total	A vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	> 90 dias
31/12/2020	186	181	2	-	-	3
31/12/2019	194	188	1	1	1	3

	Consolidado					
			Títulos vencidos			
	Total	A vencer	Até 30 dias	Até 60 dias	Até 90 dias	> 90 dias
31/12/2019	523	407	59	14	4	39

9 Outras contas a receber

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Aluguéis a receber - Galerias Comerciais		6	4	71
Vendas de imóveis	9.1	22	100	101
Outras contas a receber - Grupo Êxito		-	-	90
Outros		6	11	(19)
		34	115	243
Ativo Circulante		34	115	206
Ativo não circulante		-	-	37

9.1 Vendas de imóveis

Em 13 de dezembro de 2019 e 22 de junho de 2020 a Companhia realizou a venda de 09 lojas através do contrato de Sale and Leaseback com a SPCV S.A., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Bem Imóvel". Essa operação está em linha com a estratégia de monetização de ativos da Companhia, as lojas estão localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Bahia, Tocantins, Alagoas, Rio de Janeiro e Ceará no valor total de R\$449, sendo que 71% do valor foi recebido no exercício de 2019, 26% recebidos em 2020 e o saldo remanescente de R\$22, será liquidado no ano de 2021. Observado que as partes celebraram contratos de locação para cada um dos imóveis, na data de fechamento da transação, com prazo de 20 anos, renováveis por igual período, assegurando a continuidade das operações da Companhia nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

10 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Lojas		3.416	2.402	2.402
Centrais de distribuição	10.1	374	404	404
Estoque - Grupo Êxito		-	-	2.255
Estoques de Imóveis - Grupo Êxito		-	-	190
Perdas com estoques	10.2	(51)	(41)	(61)
		3.739	2.765	5.190

10.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$444 (R\$254 em 31 de dezembro de 2019).

10.2 Perdas com estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No início do exercício	(41)	(34)	(61)	(34)
Adições	(10)	(7)	(13)	(5)
Operações descontinuadas	-	-	28	-
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	(5)	-
Aquisição de Sociidades	-	-	-	(22)
No final do exercício	(51)	(41)	(51)	(61)

11 Impostos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
ICMS	11.1	1.311	1.189	1.189
PIS/COFINS		141	353	353
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	11.3	36	27	27
Impostos retidos a recuperar		144	70	410
Outros		2	25	25
Outros impostos - Grupo Éxito		-	-	77
Total		1.634	1.664	2.081
Circulante		768	702	1.119
Não circulante		866	962	962

11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e consequentemente um ressarcimento em determinadas operações.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Controladora	
	Valor	
Em 1 ano		470
De 1 a 2 anos		343
De 2 a 3 anos		349
De 3 a 4 anos		86
De 4 a 5 anos		14
Após 5 anos		49
Total		1.311

11.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15.05.2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, restando pendente apenas a apreciação dos Embargos de Declaração interpostos pelo Fazenda Nacional requerendo a modulação dos efeitos da decisão. Nesse contexto, a Companhia ingressou com medida judicial, visando assegurar o seu direito ao reconhecimento e compensação dos créditos de PIS e COFINS recolhidos indevidamente. A referida ação judicial interposta transitou em julgado em 09/2019, tornando-se definitiva, sem a possibilidade de ingresso de outros recursos. Com o desfecho favorável do tema, confirmado pelo trânsito em julgado da sua medida judicial, a Companhia registrou contabilmente o crédito, o qual é passível de mensuração confiável. Este crédito foi habilitado perante a Receita Federal do Brasil, e está sendo monetizado nos termos da legislação cabível.

Atualmente, a Companhia, pautada no julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS com base nas mesmas premissas mencionadas acima. As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem: i) interpretação da legislação tributária; ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado; e iii) avaliação contábil sobre o tema.

11.3 Incidência de contribuições previdenciárias

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento dos temas que envolvem a inconstitucionalidade nas contribuições previdenciárias, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização de créditos de INSS registrados no valor de R\$11 em 31 de dezembro de 2020.

12 Partes Relacionadas

12.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora							
	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo			
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladores								
CBD	-	12	168	2	-	1	41	90
Casino Guichard Perrachon	10	5	-	-	-	-	-	-
	10	17	168	2	-	1	41	90
Outras partes relacionadas								
Novasoc Comercial Ltda.	-	-	-	4	-	-	-	4
Compre Bem	-	2	-	11	-	-	-	-
Outros	-	-	-	2	-	-	-	-
Joint venture								
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	17	10	10	10	11	16	-	-
	17	12	10	27	11	16	-	4
Total	27	29	178	29	11	17	41	94

	Consolidado			
	Saldos do Ativo		Saldos do Passivo	
	Clientes	Outros ativos	Fornecedores	Outros passivos
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Controladores				
CBD	13	2	1	90
Casino Guichard Perrachon	5	5	-	-
	18	7	1	90
Outras partes relacionadas				
Novasoc Comercial Ltda.	-	4	-	4
Compre Bem	2	11	-	-
Greenyellow	-	10	-	15
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	10	10	16	-
Puntos Colombia	-	29	-	43
Tuya	-	26	-	-
Outros	1	-	-	-
	13	90	16	62
Total	31	97	17	152

	Controladora				Consolidado			
	Transações				Transações			
	Compras		Receitas (Despesas)		Compras		Receitas (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controlador								
CBD	-	1	(183)	(162)	-	1	(183)	(162)
	-	1	(183)	(162)	-	1	(183)	(162)
Outras partes relacionadas								
Compre Bem	1	13	3	(3)	1	13	3	(3)
Puntos Colombia	-	-	-	-	-	-	(114)	(13)
Tuya	-	-	-	-	-	-	24	21
Greenyellow	-	-	(15)	(2)	-	-	(47)	1
Grupo Casino	-	-	-	-	-	-	(19)	2
Outros	-	-	-	-	-	-	(2)	(3)
	1	13	(12)	(5)	1	13	(155)	5
Total	1	14	(195)	(167)	1	14	(338)	(157)

As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordados entre as partes e são mensuradas substancialmente a valores de mercado, sendo as principais:

(i) *Casino: Agency Agreement (a)*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de global sourcing (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas.

Agency Agreement (b): celebrado entre o GPA, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

(ii) *Purchase Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para a importação de produtos não alimentícios e alimentícios (exceto perecíveis e vinhos) para revenda em suas lojas, mediante solicitação de ordens de compra, em caráter não-exclusivo.

(iii) Puntos Colombia: programa de fidelidade a clientes do Éxito. Saldo relacionado a resgate de pontos e outros serviços.

(iv) Tuya: entidade financeira investida do Éxito. Saldo relacionado a participação em acordos de colaboração empresarial e reembolso de despesa, cupons de desconto e outros.

(v) *Greenyellow*: celebração de contrato com a Companhia para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistema fotovoltaicos pela *Greenyellow* em lojas do ASSAÍ e contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre.

(vi) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

12.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração da diretoria estatutária que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram as seguintes:

	Base salário	Remuneração Variável	Plano de opção de compra de ações	Total
2020	13	7	5	25
2019	15	8	6	29

O plano de opção de compra de ações se relaciona aos executivos da Companhia que possuem ações do GPA e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida a reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

13 Investimentos

A seguir são apresentados os detalhes da *joint venture* da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupos	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %	
			31/12/2020	
			Participação direta	Participação Indireta
Financeira				
Itaú CBD S.A.	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	-

Composição e movimentação dos investimentos

	Controladora			Consolidado
	Êxito	Bellamar	Total	
Saldo em 31/12/2019	9.635	-	9.635	320
Equivalência patrimonial	209	-	209	27
Dividendos e juros sobre capital próprio *	(1.310)	-	(1.310)	-
Aumento de capital	-	-	-	51
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	1.945	-	1.945	82
Operações descontinuadas	(10.479)	-	(10.479)	(480)
Reorganização societária	-	769	769	769
Saldo em 31/12/2020	-	769	769	769

* Refere-se aos dividendos recebidos da controlada Êxito em abril de 2020, sendo que no resultado financeiro foi reconhecido o valor de R\$30 referente a variação cambial ativa (nota nº 28), totalizando R\$1.340.

13.1 Aquisição de participação em Bellamar

Em 31 de dezembro de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária aprovado pelos acionistas da Companhia, a Companhia recebeu do GPA através de permuta de ativos a participação de 50% em Bellamar, sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC. Com essa operação a Companhia passa a deter de forma indireta participação de 17,88% na FIC.

A transação de aquisição de participação em Bellamar foi avaliado como a aquisição de um controle comum (*joint venture*), CPC19 (R2) / IFRS11 - Negócios em Conjunto.

Por ser aquisição de uma *Joint Venture* avaliada pelo método de equivalência patrimonial, os ativos identificados e passivos assumidos estão registrados dentro da linha de Investimento.

Contexto da operação

A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de suas lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ".

A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A..

De acordo com o processo da reorganização societária envolvendo a Companhia, vide nota 1.2, foi elaborado o estudo para a avaliação do valor justo dos ativos intangíveis e alocação indicativa do preço de aquisição (PPA) referente a aquisição de participação minoritária de 17,88% das ações da FIC, através da Bellamar, pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020.

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição

A Companhia transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações de Êxito, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações.

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

A Administração contratou uma empresa independente para determinação do valor das ações da FIC, avaliadas num espaço de R\$4,69 a R\$4,93 por ação.

Para determinação do valor das ações no processo de cisão foi adotado o valor de R\$4,74, dessa forma o valor de mercado da FIC em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.300, o que representa o valor justo do investimento de Bellamar em FIC no montante de R\$1.538.

No processo de permuta, a Companhia recebe 50% das ações da Bellamar pelo valor justo de R\$769.

Participação em FIC:

Acionistas	Ações ON	% Participação	Valor das ações	Valor de mercado
Itaú Unibanco	453.683.262	50,00%		2.150
Bellamar Empreendimento e Participações Ltda.	324.501.114	35,76%		1.538
Lake Niassa Empreend. e Partic. Ltda	129.182.147	14,24%	4,74	612
GPA	1	0,00%		-
Conselho	8	0,00%		-
	907.366.532	100,00%		4.300
Participação em Bellamar:				
GPA	162.250.557	50,00%		769
SENDAS	162.250.557	50,00%		769
	324.501.114	100,00%		1.538

13.2 Operação em conjunto (Joint Venture)

O investimento da Companhia na FIC está reconhecido como uma operação em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC18 (R2) / IAS28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Ventures*) é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não realizou a análise, tendo em vista que nesta data reconheceu a participação inicial, conforme descrito na nota nº 13.1.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	Bellamar	FIC
	31/12/2020	31/12/2020
Ações totais – em milhares	162	352
Percentual de participação da Companhia	50,00%	17,88%
Ativo circulante	22	6.737
Ativo não circulante	370	52
Total do Ativo	392	6.789
Passivo circulante	-	5.610
Passivo não circulante	-	22
Patrimônio líquido	392	1.157
Total do Passivo	392	6.789
Demonstração do resultado		
Receitas	-	989
Resultado operacional	118	555
Lucro líquido do exercício	118	329

14 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

14.1 Composição do Preço de Aquisição

O estudo preliminar para a alocação do valor de aquisição correspondentes aos 17,88% de participação na FIC de R\$769 está em andamento e deverá ser concluído nos próximos meses.

15 Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo das propriedades para investimento adquiridas numa combinação de negócios e determinado pelo valor justo, conforme IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa.

As propriedades para investimento correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidos para geração de renda ou apreciação futura do preço.

O valor justo das propriedades para investimento é mensurado com base em avaliações realizadas por terceiros.

Consolidado							
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Impairment	Depreciações	Ajuste de conversão para moeda de apresenta- ção	Transferên- cias	Operação descontinua- da
Terrenos	656	-	(10)	-	149	(32)	(763)
Edifícios	2.385	6	(10)	(62)	555	(16)	(2.858)
Imobilizações em andamento	10	8	-	-	3	(3)	(18)
Total	3.051	14	(20)	(62)	707	(51)	(3.639)

Consolidado							
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciações	Aquisição de sociedades	Ajuste de conversão para moeda de apresenta- ção	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	-	2	-	643	11	-	656
Edifícios	-	10	(4)	2.320	44	15	2.385
Imobilizações em andamento	-	-	-	10	-	-	10
Total	-	12	(4)	2.973	55	15	3.051

Consolidado			
31/12/2019			
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	656	-	656
Edifícios	2.400	(15)	2.385
Imobilizações em andamento	10	-	10
Total	3.066	(15)	3.051

16 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em	
	%	
Edifícios	2,47	
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4,15	
Máquinas e equipamentos	11,91	
Instalações	6,81	
Móveis e utensílios	11,42	

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2020 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

16.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 17.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

16.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 5,6% (4,5% em 2019) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 9,8% (8,7% em 2019) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



16.2 Movimentação do imobilizado

Controladora								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensura- ção	Baixas	Deprecia- ções	Reorganiza- ção societária	Transferên- cias e Outros (**)	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	450	62	-	(32)	-	146	(145)	481
Edifícios	846	72	-	(80)	(13)	-	(216)	609
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	1.849	689	-	(62)	(144)	(4)	270	2.598
Máquinas e Equipamentos	548	208	-	(9)	(106)	(1)	(5)	635
Instalações	265	51	-	(6)	(21)	-	(20)	269
Móveis e Utensílios	290	71	-	(2)	(43)	-	24	340
Imobilizações em andamento	37	118	-	(5)	-	-	(72)	78
Outros	35	7	-	-	(13)	(2)	10	37
Subtotal	4.320	1.278	-	(196)	(340)	139	(154)	5.047
Arrendamento – direito de uso:								
Edifícios	1.700	708	276	(86)	(174)	(3)	2	2.423
Equipamentos	5	3	-	-	(2)	-	-	6
Subtotal	1.705	711	276	(86)	(176)	(3)	2	2.429
Total	6.025	1.989	276	(282)	(516)	136	(152)	7.476

Controladora							
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Remensura- ção	Baixas	Deprecia- ções	Transferên- cias e Outros (*)	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	348	76	-	-	-	26	450
Edifícios	583	223	-	-	(18)	58	846
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	1.733	543	-	(302)	(119)	(6)	1.849
Máquinas e Equipamentos	416	226	-	(17)	(82)	5	548
Instalações	221	63	-	(1)	(20)	2	265
Móveis e Utensílios	226	69	-	(7)	(33)	35	290
Imobilizações em andamento	39	69	-	(3)	-	(68)	37
Outros	29	4	-	-	(10)	12	35
Subtotal	3.595	1.273	-	(330)	(282)	64	4.320
Arrendamento – direito de uso:							
Edifícios	1.053	663	129	(28)	(114)	(3)	1.700
Equipamentos	7	-	-	-	(2)	-	5
Subtotal	1.060	663	129	(28)	(116)	(3)	1.705
Total	4.655	1.936	129	(358)	(398)	61	6.025

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



Consolidado										
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensura- ção	Baixas	Deprecia- ções	Transferên- cias e Outros (**)	Ajuste de conversão para moeda de apresenta- ção	Reorganiza- ção societária (***)	Operação descontinua- da	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	2.766	61	-	(32)	-	(70)	541	146	(2.931)	481
Edifícios	3.829	78	-	(85)	(121)	(139)	704	-	(3.657)	609
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	2.207	694	-	(71)	(189)	293	70	(4)	(402)	2.598
Máquinas e Equipamentos	1.242	227	-	(28)	(260)	84	151	(1)	(780)	635
Instalações	330	58	-	(6)	(32)	(16)	8	-	(73)	269
Móveis e Utensílios	601	78	-	(15)	(128)	58	66	-	(320)	340
Imobilizações em andamento	140	344	-	(7)	-	(318)	18	-	(99)	78
Outros	42	8	-	-	(16)	12	-	(2)	(7)	37
Subtotal	11.157	1.548	-	(244)	(746)	(96)	1.558	139	(8.269)	5.047
Arrendamento – direito de uso:										
Edifícios	3.449	1.217	628	(588)	(501)	2	403	(4)	(2.183)	2.423
Equipamentos	43	23	(7)	(1)	(15)	3	9	-	(49)	6
Terrenos	3	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-
Subtotal	3.495	1.240	621	(589)	(516)	5	412	(4)	(2.235)	2.429
Total	14.652	2.788	621	(833)	(1.262)	(91)	1.970	135	(10.504)	7.476

Consolidado									
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Aquisição de sociedades	Remensura- ção	Baixas	Deprecia- ções	Transferên- cias e Outros (*)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	348	76	2.277	-	-	-	25	40	2.766
Edifícios	583	231	2.935	-	-	(25)	56	49	3.829
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	1.733	553	334	-	(302)	(123)	12	-	2.207
Máquinas e Equipamentos	416	232	672	-	(20)	(93)	25	10	1.242
Instalações	221	66	64	-	(1)	(20)	2	(2)	330
Móveis e Utensílios	226	81	300	-	(8)	(40)	36	6	601
Imobilizações em andamento	39	69	154	-	(3)	-	(122)	3	140
Outros	29	4	6	-	-	(11)	14	-	42
Subtotal	3.595	1.312	6.742	-	(334)	(312)	48	106	11.157
Arrendamento – direito de uso:									
Edifícios	1.053	670	1.727	138	(28)	(140)	(3)	32	3.449
Equipamentos	7	15	25	-	-	(5)	(1)	2	43
Terrenos	-	-	3	-	-	-	-	-	3
Subtotal	1.060	685	1.755	138	(28)	(145)	(4)	34	3.495
Total	4.655	1.997	8.497	138	(362)	(457)	44	140	14.652

(*) No exercício de 2019 na coluna de transferências está sendo apresentada a integralização de capital por meio de imóveis do GPA no montante de R\$67.

(**) No exercício de 2020, na coluna de transferências, estão sendo apresentadas: (i) a integralização de capital por meio de imóveis do GPA no montante de R\$223 (nota nº 24.1); (ii) transferências de ativos imobilizados para "mantidos para venda" no valor de R\$380.

(***) A transação envolveu ainda a transferência de 5 terrenos avaliados pelo valor justo no montante de R\$146, vide nota nº 24.1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



16.3 Composição do imobilizado

	Controladora						Consolidado		
	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2019		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	481	-	481	450	-	450	2.766	-	2.766
Edifícios	704	(95)	609	951	(105)	846	4.034	(205)	3.829
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	3.203	(605)	2.598	2.347	(498)	1.849	3.023	(816)	2.207
Máquinas e Equipamentos	1.061	(426)	635	881	(333)	548	2.326	(1.084)	1.242
Instalações	354	(85)	269	339	(74)	265	477	(147)	330
Móveis e Utensílios	513	(173)	340	420	(130)	290	1.163	(562)	601
Imobilizações em andamento	78	-	78	37	-	37	140	-	140
Outros	101	(64)	37	87	(52)	35	110	(68)	42
	6.495	(1.448)	5.047	5.512	(1.192)	4.320	14.039	(2.882)	11.157
Arrendamento Mercantil Financeiro									
Edifícios	3.205	(782)	2.423	2.300	(600)	1.700	4.198	(749)	3.449
Equipamentos	47	(41)	6	11	(6)	5	92	(49)	43
Terrenos	-	-	-	-	-	-	6	(3)	3
	3.252	(823)	2.429	2.311	(606)	1.705	4.296	(801)	3.495
Total Imobilizado	9.747	(2.271)	7.476	7.823	(1.798)	6.025	18.335	(3.683)	14.652

16.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia em demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 20.5.

16.5 Capitalização de juros dos empréstimos

O valor dos custos de empréstimos capitalizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$12 (R\$11 em 31 de dezembro de 2019). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 150,67% (136,11% em 31 de dezembro de 2019) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

16.6 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adições	1.989	1.936	2.788	1.997
Arrendamentos	(711)	(664)	(1.241)	(685)
Juros capitalizados	(12)	(11)	(12)	(11)
Financiamento de imobilizado - Adições	(1.184)	(1.210)	(1.437)	(1.217)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos	1.199	1.239	1.464	1.273
Total	1.281	1.290	1.562	1.357

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

(ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

16.7 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$34 (R\$24 em 31 de dezembro de 2019) e de R\$29 no consolidado em 31 de dezembro de 2019, referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

17 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa média de amortização é de 12,27%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Ágio	616	-	-	616
Softwares	65	19	(13)	71
Fundo de Comércio	313	6	(8)	311
Marcas	39	-	-	39
	1.033	25	(21)	1.037

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Ágio	616	-	-	616
Softwares	61	15	(11)	65
Fundo de Comércio	297	24	(8)	313
Marcas	39	-	-	39
	1.013	39	(19)	1.033
	1.013	39	(19)	1.033

Consolidado								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortiza- ções	Baixa	Ajuste de conversão para moeda de apresenta- ção	Transfe- rência	Operação descontinua- da	Saldo em 31/12/2020
Ágio	785	-	-	-	38	1	(208)	616
Softwares	135	72	(40)	(1)	20	-	(115)	71
Fundo de Comércio	314	6	(8)	-	(1)	-	-	311
Marcas	3.054	-	-	-	713	-	(3.728)	39
	4.288	78	(48)	(1)	770	1	(4.051)	1.037
Consolidado								
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Aquisição de sociedades	Amortiza- ções	Ajuste de conversão para moeda de apresenta- ção	Saldo em 31/12/2019		
Ágio	616	-	165	-	4	785		
Softwares	61	28	60	(15)	1	135		
Fundo de Comércio	297	24	1	(8)	-	314		
Marcas	39	-	2.949	-	66	3.054		
	1.013	52	3.175	(23)	71	4.288		
Controladora								
31/12/2020			31/12/2019					
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		
Ágio	1.740	(1.124)	616	871	(255)	616		
Softwares	126	(55)	71	106	(41)	65		
Fundo de Comércio	327	(16)	311	323	(10)	313		
Marcas	39	-	39	39	-	39		
	2.232	(1.195)	1.037	1.339	(306)	1.033		
Consolidado								
31/12/2019								
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido					
Ágio	1.038	(253)	785					
Softwares	318	(183)	135					
Fundo de Comércio	322	(8)	314					
Marcas	3.054	-	3.054					
	4.732	(444)	4.288					

17.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº 16.1.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do impairment para as operações no Brasil. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela Alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2020. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,80% em 31 de dezembro de 2020 (8,4% em 31 de dezembro de 2019), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,57% em 31 de dezembro de 2020 (4,8% em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Veja considerações em relação aos efeitos da pandemia do COVID-19 na nota nº 1.3.

17.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.

17.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adições	25	39	78	52
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	-	-	4	-
Total	25	39	82	52

18 Fornecedores

Nota	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Fornecedores de produtos	5.450	4.864	9.607
Fornecedores de serviços	96	108	573
Acordos comerciais	18.2 (488)	(410)	(410)
Total	5.058	4.562	9.770

18.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia possui convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

18.2 Acordos Comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

19 Instrumentos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

19.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48/ IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/ IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/ IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

• **Ativos financeiros mensurados a VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

19.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

19.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

19.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

19.5 Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como *hedge* de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afete o resultado.

19.6 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48/ IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38/ IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48/ IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber e é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em “despesas com vendas”.

- **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Notas	Controladora		Consolidado
		Valor contábil		Valor contábil
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Partes relacionadas - ativo	12	178	29	97
Contas a receber e outras contas a receber	8 e 9	117	256	686
Outros ativos		-	-	51
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.532	1.876	5.026
Instrumentos Financeiros - Hedge de valor justo - "Ponta Ativa"	19	68	10	40
Outros ativos		-	-	2
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas	8	99	48	48
Outros ativos		-	-	19
Passivos financeiros				
Outros passivos financeiros - custo amortizado				
Partes relacionadas - passivo	12	(41)	(94)	(152)
Fornecedores	18	(5.058)	(4.562)	(9.770)
Financiamento por Compra de Ativos		(34)	(50)	(101)
Empréstimos e financiamentos	19.13	(897)	(510)	(843)
Debêntures	19.13	(6.599)	(7.883)	(7.883)
Passivo de arrendamento	21.2	(2.776)	(1.885)	(3.751)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	19.13	(335)	(84)	(84)
Instrumentos Financeiros - Hedge de valor justo - "Ponta Passiva"		-	-	(11)
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - Hedge de valor justo - Ponta Passiva		-	-	(8)
Opção de venda Grupo Disco (*)		-	-	(466)
Exposição líquida		(11.746)	(12.849)	(17.100)

(*) Vide nota nº 19.10.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota nº 19.10.

19.7 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

19.7.1 Risco de Crédito

• Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

• Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

19.7.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

19.7.3 Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

19.7.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	(7.831)	(8.477)	(8.821)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	3.532	1.876	5.026
(-) Instrumentos financeiros derivativos	68	10	40
Dívida líquida	(4.231)	(6.591)	(3.755)
Patrimônio líquido	(1.410)	(7.098)	(9.701)
% Dívida líquida sobre Patrimônio líquido	300%	93%	39%

19.7.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	318	1.037	18	1.373
Debêntures	2.018	5.392	-	7.410
Instrumentos financeiros derivativos	(61)	(11)	(2)	(74)
Passivo de arrendamento	423	1.918	2.913	5.254
Fornecedores	5.058	-	-	5.058
Total	7.756	8.336	2.929	19.021

Os quadros foram preparados considerando os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

19.8 Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de referência dos contratos era R\$407 (R\$106 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48/IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Controladora				Consolidado	
	Valor de referência		Valor justo		Valor de referência	Valor justo
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Swap com contabilização de hedge						
Objeto de hedge (dívida)	301	106	335	84	750	84
Posição ativa (comprada)						
Taxa pré-fixada	301	106	11	84	95	84
USD + Fixa	106	-	57	-	655	-
Posição passiva (vendida)	(407)	(106)	-	(73)	(698)	(73)
Posição de hedge líquida	-	-	68	11	52	11

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$68 (R\$11 em 31 de dezembro de 2019), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020 resultaram em um ganho de R\$68, sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota nº 28 (ganho de R\$30 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2019).

19.8.1 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

19.9 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$5,64 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 1,96% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Risco (Aumento do CDI)	Saldo em 31/12/2020	Projeções de mercado		
			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	CDI + 3,58 a.a	(910)	(937)	(944)	(951)
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI + 0,04 a.a	(62)	(176)	(179)	(182)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	CDI + 0,59 a.a	(206)	(210)	(212)	(214)
Debêntures	CDI + 2,07 a.a	(6.573)	(6.763)	(6.811)	(6.858)
Efeito líquido (perda) total		(7.751)	(8.086)	(8.146)	(8.205)
Equivalentes de caixa	96,96% do CDI	3.532	3.611	3.630	3.650
Exposição líquida ganho (perda):		(4.219)	(4.475)	(4.516)	(4.555)
Efeito líquido ganho (perda):			(256)	(297)	(336)

19.10 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 / IFRS13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Controladora				Nível (*)
	Valor contábil		Valor justo		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas	99	-	99	-	2
Swaps de taxa de juros entre Moedas	57	-	57	-	2
Swaps de taxas de juros	11	10	11	10	2
Empréstimos e Financiamentos (valor justo)	(335)	(84)	(335)	(84)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(7.496)	(8.393)	(6.529)	(7.723)	2
	(7.664)	(8.467)	(6.697)	(7.797)	
	Consolidado				
	Valor contábil	Valor justo			
	31/12/2019	31/12/2019		Nível (*)	
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas	48	48	2		
Swaps de taxas de juros	40	10	2		
Empréstimos e Financiamentos (valor justo)	(95)	(84)	2		
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(8.726)	(8.056)	2		
Opção de venda Grupo Disco (*)	(466)	(466)	3		
	(9.199)	(8.548)			

(*) Os acionistas minoritários do Grupo Disco del Uruguay S.A., subsidiária do Grupo Éxito, têm uma opção de venda exercível baseada em uma fórmula que utiliza informações como lucro líquido, EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e dívida líquida, além dos valores fixos determinados em contrato e a variação cambial aplicável para conversão à moeda funcional. Essa opção de venda foi apresentada no passivo como obrigação de compra de participação minoritária.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

19.11 Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Santander, Banco Popular, Banco Occidente, Bradesco, Banco Tokyo, Scotiabank, Credit Agricole Corporate, Banco de Bogotá, BBVA, BNP, BBVA, Davivenda, Bancolombia, HSBC e Corficolombia.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	Controladora		Consolidado
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Divida					
USD - BRL	US\$ 50	2021	57	-	-
Swaps cambiais registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP					
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP					
Taxa pré-fixada x CDI	R\$ 54	2027	5	5	5
Taxa pré-fixada x CDI	R\$ 52	2027	6	5	5
Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil			68	10	10
Divida					
USD - COP	-	2020	-	-	20
USD - COP	US\$ 2	2022	-	-	1
Taxa de juros - COP	COP 49.950	2020	-	-	(1)
Taxa de juros - COP	COP 383.235	2021	-	-	(1)
Fornecedores					
USD - COP	USD 24	2020	-	-	(8)
Derivativos - Grupo Êxito			-	-	11

19.12 Empréstimos e financiamentos

19.13 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Circulante				
Debêntures e nota promissória				
Debêntures e nota promissória	CDI + 2,44 a.a	1.864	1.189	1.189
Custo de captação		(24)	(33)	(33)
		1.840	1.156	1.156
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda nacional				
BNDES	3,72% a.a	-	6	7
Capital de giro	TR + 9,80%	12	13	14
Capital de giro	CDI + 1,97 a.a	9	2	-
Custo de captação		(5)	(3)	(3)
Total moeda nacional		16	18	18
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	USD + 2,35% a.a	264	-	287
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos de <i>swap</i>	CDI + 0,59 a.a	(57)	-	-
Contratos de <i>swap</i>	IBR 3M+3,7%	-	-	(18)
Total moeda estrangeira e Instrumentos Financeiros derivativos		207	-	269
Total Circulante		2.063	1.174	1.443
Não circulante				
Debêntures e nota promissória				
Debêntures e nota promissória	CDI + 2,44 a.a	4.780	6.773	6.773
Custo de captação		(21)	(46)	(46)
		4.759	6.727	6.727
Empréstimos e financiamentos				
Em moeda nacional				
BNDES	4,31% a.a	-	16	16
Capital de giro	TR + 9,80%	60	70	70
Capital de giro	CDI + 1,97 a.a	901	500	500
Custo de captação		(9)	(10)	(10)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos de <i>swap</i>	CDI + 0,04 a.a	(11)	(10)	(10)
Total Moeda nacional		941	566	566
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	IBR 3M+3,7%	-	-	46
Custo de captação		-	-	(1)
Total moeda estrangeira		-	-	45
Total Não circulante		5.700	7.293	7.338
Total		7.763	8.467	8.781
Ativo circulante		57	-	29
Ativo não circulante		11	10	11
Passivo circulante		2.120	1.174	1.472
Passivo não circulante		5.711	7.303	7.349

19.14 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
	Valor	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.467	8.781
Captações	594	2.852
Provisão de juros	378	486
Contratos de swap	(60)	(60)
Marcação a mercado	-	12
Variação cambial e monetária	57	57
Efeito de modificação de dívida IFRS9	71	71
Custo de captação	42	42
Amortização de juros	(451)	(549)
Amortização de principal	(1.339)	(2.543)
Amortização de swap	4	13
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	172
Operações descontinuadas	-	(1.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.763	7.763

	Controladora	Consolidado
	Valor	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2018	726	726
Captações	9.395	9.395
Provisão de juros	237	246
Contratos de swap	(17)	(16)
Marcação a mercado	(1)	(46)
Variação cambial e monetária	30	(29)
Custo de captação	12	21
Amortização de juros	(77)	(116)
Amortização de principal	(1.909)	(6.102)
Amortização de swap	71	95
Aquisição de sociedades	-	4.527
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	80
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.467	8.781

19.15 Cronograma de vencimentos não circulantes

Vencimento	Controladora e Consolidado
	Valor
De 1 a 2 anos	2.484
De 2 a 3 anos	2.790
De 3 a 4 anos	224
De 4 a 5 anos	224
Após 5 anos	8
Total	5.730
Custo de captação	(30)
Total	5.700

19.16 Debêntures e notas promissórias

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora	
				Emissão	Vencimento			31/12/2020	31/12/2019
1ª Emissão de Notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	03/07/2020	CDI + 0,72% a.a.	-	-	52
1ª Emissão de Notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	05/07/2021	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	53	52
1ª Emissão de Notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	53	52
1ª Emissão de Notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	267	258
1ª Emissão de Notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	214	206
1ª Emissão de Notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	213	206
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2020	CDI + 1,60% a.a.	-	-	1.001
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2021	CDI + 1,74% a.a.	876	1.762	2.044
1ª Emissão de Debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2022	CDI + 1,95% a.a.	1.004	2.033	2.045
1ª Emissão de Debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04/09/2019	20/08/2023	CDI + 2,20% a.a.	1.005	2.049	2.046
Custo de captação								(45)	(79)
								6.599	7.883
Passivo circulante								1.840	1.156
Passivo não circulante								4.759	6.727

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

No terceiro trimestre de 2019 ocorreu a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia em 6 séries, com valor nominal de R\$50 a R\$250 reais e total de R\$800.

No período também ocorreu a 1ª emissão da Companhia de debêntures simples, não conversíveis em ação, em quatro séries com valor nominal de R\$2.000 reais cada, com prazo de vencimento entre 1 e 4 anos, no valor total de R\$8.000. Tais recursos foram utilizados para financiar a aquisição de ações do Êxito em conexão com a proposta de reorganização das operações na América Latina.

19.17 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

19.18 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

19.19 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em 31 de dezembro de 2020 foi de 2,76% (5,96% em 31 de dezembro de 2019).

19.20 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 4,5 não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,0. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

19.21 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia fez uso de contratos em moeda estrangeira (NDF - Non Deliverable Forward) para se proteger da variação cambial do COP/BRL em virtude do processo de reorganização da operação na América Latina. Os contratos de NDFs foram designados para hedge de fluxo de caixa e já estavam encerrados em 31 de dezembro de 2020. O efeito resultante dessa transação está na consideração paga na aquisição de Êxito.

20 Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Controladora				
	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143	61	36	240
Adições	27	40	30	97
Reversão	(2)	(41)	(16)	(59)
Pagamento	-	(4)	(4)	(8)
Atualização monetária	1	8	3	12
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282

Controladora				
	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	147	53	36	236
Adições	16	11	9	36
Reversão	(10)	(8)	(4)	(22)
Pagamento	(13)	(2)	(6)	(21)
Atualização monetária	3	7	1	11
Saldo em 31 de dezembro de 2019	143	61	36	240

Consolidado				
	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	221	75	53	349
Adições	27	42	79	148
Reversão	(9)	(43)	(19)	(71)
Pagamento	(1)	(5)	(35)	(41)
Atualização monetária	1	8	3	12
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	18	2	4	24
Operações descontinuadas	(68)	(16)	(35)	(139)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	63	50	282

	Consolidado			
	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	147	53	36	236
Adições	16	12	13	41
Reversão	(10)	(8)	(4)	(22)
Pagamento	(13)	(2)	(7)	(22)
Atualização monetária	3	7	1	11
Combinação de negócios	76	13	14	103
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	2	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	221	75	53	349

20.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) cesta básica; (iv) IPI na revenda de produtos importados e (v) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 para esses assuntos é de R\$169 para a Companhia (R\$143 para a controladora e R\$221 para o consolidado em 31 de dezembro de 2019).

20.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$64 (R\$61 na controladora e R\$75 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), referente ao potencial de risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

20.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor de aluguel mensal pago pelas lojas e os valores de aluguel apurado em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2020, o montante da provisão para essas ações é de R\$23 (R\$28 em 31 de dezembro de 2019), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2020, o montante da provisão para essas ações é de R\$5 (R\$8 em 31 de dezembro de 2019).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2020 da Companhia é de R\$49 (R\$36 na controladora e R\$53 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

20.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$2.408 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.353 em 31 de dezembro de 2019), e são relacionadas principalmente a:

IRPJ, IRRF, CSLL - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de amortização fiscal de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$466 em 31 de dezembro de 2020 (R\$457 em 31 de dezembro de 2019).

COFINS, PIS e IPI - A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$632 de 31 de dezembro de 2020 (R\$666 em 31 de dezembro de 2019). Em relação as autuações sobre IPI, houve julgamento no mês de agosto de 2020 no STF que decidiu desfavoravelmente aos contribuintes, no entanto, em análise dos casos concretos pelos nossos assessores legais, consideramos que o risco de perda permaneceu como possível.

ICMS - A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$1.235 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.157 em 31 de dezembro de 2019), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros - Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$13 em 31 de dezembro de 2020 (R\$13 em 31 de dezembro de 2019) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS – A Companhia foi autuada pela incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$21 em 31 de dezembro de 2020 (R\$21 em 31 de dezembro de 2019). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. Em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.

Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$24 em 31 de dezembro de 2020 (R\$20 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2020 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$17 (R\$19 em 31 de dezembro de 2019).

20.5 Garantias

A Companhia concedeu garantias aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Controladora e Consolidado		
	Imóveis	Cartas de fiança	Total
Tributários	18	290	308
Trabalhistas	-	101	101
Cíveis e outros	-	21	21
Total	18	412	430

O custo das garantias é aproximadamente 0,45% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

20.6 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia passou a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da Cofins, em linha com a tese pleiteada pela Companhia.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração, todavia sem que houvesse a decisão final sobre o recurso interposto pela procuradoria. A Companhia e seus assessores estimam que a decisão sobre este recurso não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados desde o ingresso da ação em 2003. A Companhia ainda estima o valor potencial dos créditos no valor de R\$117.

20.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes as decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Tributários	64	69	69
Trabalhistas	67	43	43
Cíveis e outras	3	9	9
Total	134	121	121

21 Passivo de arrendamento

21.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 20 anos.

A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 16 e 17), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

21.2 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$2.776 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.885 na controladora e R\$3.751 no consolidado em 31 de dezembro de 2019). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos			
Até 1 ano	172	109	404
De 1 a 5 anos	866	518	1.323
Mais de 5 anos	1.738	1.258	2.024
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	2.776	1.885	3.751
Encargos futuros de financiamento	2.478	1.634	2.347
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	5.254	3.519	6.098
Pis/Cofins embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	169	115	115
Pis/Cofins embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	319	214	214

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 28. A taxa de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 9,72% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (10,73% em 31 de dezembro de 2019).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 4,5%. O prazo médio dos contratos considerados é de 15,2 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 7,0%, com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 11,6 anos. A Companhia deixou de ter operações internacionais em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da reorganização societária descrita na nota 1.2.

21.3 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	1.885	3.751
Captação - Arrendamento	711	1.240
Remensuração	276	621
Provisão de juros	230	415
Variação cambial e monetária	-	1
Amortizações	(327)	(756)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(4)	(518)
Transferência para controladora	9	9
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	433
Operação descontinuada	-	(2.416)
Reorganização societária	(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2020	2.776	2.776
Passivo Circulante	172	172
Passivo Não circulante	2.604	2.604

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	1.180	1.180
Captação - Arrendamento	663	682
Remensuração	129	138
Provisão de juros	149	170
Amortizações	(234)	(267)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(1)	(1)
Aquisição de Sociedade	-	1.817
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	(1)	32
Em 31 de dezembro de 2019	1.885	3.751
Passivo Circulante	109	404
Passivo Não circulante	1.776	3.347

21.4 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas (receitas) do exercício:				
Variáveis (0,5% e 1,6% das vendas)	16	15	16	19
Subarrendamentos (*)	22	20	22	20

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

22 Receitas antecipadas

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Back Lights	186	132	132
Checkstand	29	10	20
Cartão presente	2	2	95
Receita com operadoras de cartão de crédito	-	15	15
Receita antecipada - Grupo Éxito	-	-	8
Outros	11	19	9
Total	228	178	279
Passivo Circulante	227	176	277
Passivo Não circulante	1	2	2

A Companhia recebeu antecipadamente valores referentes aos aluguéis de painel luminosos "back light", módulos de exposição de produtos "checkstand" por exposição de produtos dos seus fornecedores, aluguel de ponta de gôndola e antecipações de front fee com as operadoras de crédito.

23 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

23.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.834	1.580	1.625	1.502
IRPJ e CSLL	(624)	(537)	(553)	(511)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Multas fiscais	(1)	(2)	(1)	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	71	27	-	-
Juros sobre capital próprio	105	84	105	84
Benefícios fiscais	29	-	29	-
Outras diferenças permanentes	(16)	2	(16)	3
Imposto de renda efetivo	(436)	(426)	(436)	(426)
Imposto de renda e contribuição social do exercício				
Corrente	(704)	(293)	(704)	(293)
Diferido	268	(133)	268	(133)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(436)	(426)	(436)	(426)
Taxa efetiva	23,8%	27,0%	26,8%	28,4%

23.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Provisão para demandas judiciais	81	-	81	63	-	63
Variação cambial	26	-	26	31	-	31
Amortização fiscal de ágio	-	(315)	(315)	-	(301)	(301)
Ajuste a marcação de mercado	-	(2)	(2)	-	(3)	(3)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	20	-	20	-	(3)	(3)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(60)	(60)	-	(212)	(212)
Hedge Fluxo de Caixa	-	(20)	(20)	-	(76)	(76)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	131	-	131	84	-	84
Outros	57	-	57	32	(11)	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	315	(397)	(82)	210	(606)	(396)
Compensação	(315)	315	-	(210)	210	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	-	(82)	(82)	-	(396)	(396)

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos			
Prejuízos fiscais	253	-	253
Provisão para demandas judiciais	106	-	106
Variação cambial	31	-	31
Amortização fiscal de ágio	-	(480)	(480)
Ajuste a marcação de mercado	-	(3)	(3)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(1.217)	(1.217)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(130)	(130)
Hedge Fluxo de Caixa	-	(78)	(78)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	105	-	105
Imposto presumido sobre o patrimônio - Êxito	192	-	192
Outros	30	-	30
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	717	(1.908)	(1.191)
Compensação	(717)	717	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	-	(1.191)	(1.191)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora
De 1 a 2 anos	69
A partir de 2 anos	246
	315

23.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
No início do exercício	(395)	(265)	(265)
Benefícios (despesas) no exercício	268	(133)	(162)
Reorganização societária	45	-	-
Aquisição de sociedades	-	-	(747)
Variação cambial	-	-	(18)
Outros	-	2	1
No final do exercício	(82)	(396)	(1.191)

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social e direitos das ações

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$761 (R\$4.421 em 31 de dezembro de 2019), representado por 268 milhões ações ordinárias (258 milhões em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 400 milhões de ações ordinárias. Em decorrência do processo de Cisão da Companhia descrito na nota nº 1.2, o capital social em 31 de dezembro de 2020 foi reduzido pelo valor de R\$4.673.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2020 foi aprovado: (i) a integralização de capital por meio de 3 imóveis no valor de R\$57, mediante a emissão de 87 milhões de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (ii) o aumento de capital mediante a capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R\$150, sem emissão de novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2020 foi aprovado a integralização de capital por meio de 4 imóveis no valor de R\$121, mediante a emissão de 42 milhões de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Conforme o fato relevante, divulgado em 14 de dezembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital com a permuta de imóveis entre GPA e Sendas, que totaliza o valor de R\$146.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2020 foi aprovado: (i) a integralização de capital por meio de 2 imóveis no valor de R\$45; (ii) o aumento de capital mediante o recebimento de R\$500; e (iii) aumento de capital mediante a capitalização de créditos detidos pelo GPA no valor de R\$140, mediante a emissão de 19 milhões de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

24.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2020, foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$310 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$46, correspondendo ao valor líquido de R\$264.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2019, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, referentes a parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de julho e 30 de setembro de 2018, no valor de R\$50.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$247, sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$37, correspondendo ao valor líquido de R\$210.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipações de juros sobre capital aos seus acionistas, calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.398	1.047
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	70	52
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	332	1
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	310	247
Dividendos propostos a pagar	22	1

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% em 31 de dezembro de 2020 (1% em 31 de dezembro de 2019) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício.

Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que sua distribuição, se houver, será feita na proporção por eles estabelecida na ocasião.

24.3 Reservas de lucros

Reserva legal: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.398	1.047
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	70	52

Retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros é constituída para gestão de capital da Companhia de acordo com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76.

24.4 Plano de remuneração

O Plano de remuneração da Companhia é administrado pelo Conselho de Administração do GPA, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B5 e B6 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pelo GPA, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade do GPA, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

24.5 Plano de opção

O Plano de opção da Companhia será administrado pelo Conselho de Administração do GPA, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C5 e C6 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão do GPA realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade do GPA, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

24.6 Informações dos planos de opções de compra de ações - GPA

O GPA instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais em 2020, sendo séries B6 e C6.

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial do GPA. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário de um dos segmentos varejo ou atacado de autosserviços. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão do GPA.

Em 31 de dezembro de 2020, havia 239 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial do GPA na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$75,05 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2020 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade de ações total	268.352	267.997
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.468	2.153
Percentual máximo de diluição	0,55%	0,80%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 36,52% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2020 é de 0,88 ano (1,50 anos em 31 de dezembro de 2019). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$58,78 (R\$56,41 em 31 de dezembro de 2019).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2019			
Outorgadas durante o exercício	765	30,55	
Canceladas durante o exercício	(126)	31,75	
Exercidas durante o exercício	(1.080)	21,55	
Expiradas durante o exercício	(161)	16,74	
Em aberto no fim do exercício	2.153	30,25	1,50
Total a exercer em 31 de dezembro de 2019	2.153	30,25	1,50
Em 31 de dezembro de 2020			
Outorgadas durante o exercício	-		
Canceladas durante o exercício	(70)	42,59	
Exercidas durante o exercício	(489)	23,93	
Expiradas durante o exercício	(126)	42,44	
Em aberto no fim do exercício	1.468	30,71	0,88
Total a exercer em 31 de dezembro de 2020	1.468	30,71	0,88

Os valores registrados no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$5 (R\$2 em 31 de dezembro de 2020).

24.7 Relação de substituição das ações e critérios para sua fixação

A Companhia aprovou em 31 de dezembro de 2020, o plano de opção de compra de ações (Plano de Opção Sendas) e plano de remuneração em opção de compra de ações (Plano de Remuneração Sendas).

O processo de cisão da Companhia não envolverá relação de substituição, tendo em vista que a incorporação do acervo cindido não resultará aumento de capital ou emissão de ações pelo GPA.

Na cisão do GPA, as ações de emissão da Companhia e de titularidade do GPA foram entregues diretamente aos acionistas do GPA na proporção idêntica de suas respectivas participações no capital social do GPA, ou seja, uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

Mesmo após a cisão do GPA e da Companhia em 31 de dezembro de 2020, os diretores estatutários continuarão a fazer jus a outorgas de opções e ações do GPA dos quais já são beneficiários, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção CBD") e do Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações do GPA ("Plano de Remuneração CBD"), as quais já são reconhecidas no resultado da Companhia.

24.8 Outros resultados abrangentes

Realização da variação cambial do investimento em Êxito

Como parte do processo de desreconhecimento da subsidiária Êxito, nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020, vide nota 1.2, a variação cambial de investimento no exterior registrada em "Outros resultados abrangentes" no valor de R\$1.888 também foi eliminada. De acordo com CPC02 (R2) / IAS21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Juros, a Companhia registrou no resultado do exercício o montante de R\$171 correspondente a parcela de 9,07% que representa os ativos recebidos através da permuta de ativos com o GPA, o saldo remanescente foram reconhecidos no patrimônio líquido.

25 Receita de venda de bens e/ou serviços

O IFRS15 / CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia na venda de recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta		Reapresentado
Mercadorias	39.436	30.487
Prestação de serviços e outros	100	87
	39.536	30.574
(-) Deduções da Receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	(73)	(57)
Impostos	(3.420)	(2.435)
	(3.493)	(2.492)
Receita operacional líquida	36.043	28.082

26 Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	
Custo com estoques	(29.641)	(22.929)
Despesas com pessoal	(2.135)	(1.691)
Serviços de terceiros	(224)	(198)
Despesas comerciais	(511)	(408)
Despesas funcionais	(600)	(546)
Outras despesas	(264)	(202)
	<u>(33.375)</u>	<u>(25.974)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(30.129)	(23.349)
Despesas com vendas	(2.811)	(2.273)
Despesas gerais e administrativas	(435)	(352)
	<u>(33.375)</u>	<u>(25.974)</u>

27 Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	
Resultado com ativo imobilizado (*)	(42)	5
Reversão (Provisão) para demandas judiciais	(18)	(53)
Gastos com integração e reestruturação	(71)	37
Gastos com prevenção - Covid-19 (**)	(134)	-
Ativo indenizatório	168	-
Total	<u>(97)</u>	<u>(11)</u>

(*) O resultado com imobilizado foi impactado principalmente pelas operações de *Sale and Leaseback* descritas na nota nº 1.5, cujo ganho totalizou R\$52, que foi compensado com as perdas das baixas ocorridas no período.

(**) As despesas incorridas como consequência da pandemia referem-se a compra de itens de proteção individual e de adequação das lojas, despesas com hora extra, gastos com comunicação interna e externa, gastos incrementais com transporte e com serviço de limpeza e higienização, vide nota nº 1.3.

28 Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
	Reapresentado	
Despesas financeiras		
Custo da dívida	(474)	(247)
Custo e desconto de recebíveis	(31)	(34)
Atualizações monetárias passivas	(11)	(8)
Juros sobre passivo de arrendamento	(219)	(138)
Outras despesas financeiras	(51)	(9)
Total de Despesas financeiras	<u>(786)</u>	<u>(436)</u>
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	39	57
Atualizações monetárias ativas	299	175
Outras receitas financeiras	5	4
Total de Receitas financeiras	<u>343</u>	<u>236</u>
Total	<u>(443)</u>	<u>(200)</u>

29 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Em 5 de outubro de 2020, foi aprovado, em AGE, o grupamento das 3.269.992.034 (três bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 12,1854776946393 ações para formar 1 (uma) ação ("Grupamento"), passando o capital social da Companhia dividido em 268.351.567 (duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e um mil e quinhentos e sessenta e sete) ações, ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária, exclusivamente o GPA, em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado
Número básico e diluído:		
Lucro básico alocado e não distribuído das operações continuadas	1.398	1.154
Lucro básico alocado e não distribuído das operações descontinuadas	-	(107)
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	1.398	1.047
Denominador básico e diluído (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	268	258
Lucro básico e diluído por milhões de ações (R\$) das operações continuadas	5,21642	4,47287
Lucro básico e diluído por milhões de ações (R\$) disponível aos acionistas	5,21642	4,05814

30 Transações não caixa

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Aumento de capital na Companhia com imobilizado na nota nº 16;
- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos na nota nº 16.6; e
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos na nota nº 17.3.

31 Cobertura de seguros

Os montantes da cobertura de seguros são contratados de forma centralizada para o GPA, sendo que os custos são repassados para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura global de seguros da Companhia é resumida como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura	
		31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	11.042	9.333
Lucro	Lucros cessantes	5.416	4.675
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	57	54

(*) o valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão assegurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas - FIPE.

Adicionalmente, o GPA mantém apólices específicas para responsabilidade civil geral e administradores, risco de proteção e fraude (Crime) e risco de proteção de danos e responsabilidade cibernética (Cyber) no montante de R\$315.

32 Operação descontinuada

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária que compreende a cisão total da controlada Êxito para o GPA. O Êxito é uma empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Êxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai operando com as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Êxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva.

Em 31 de dezembro de 2020, o resultado do Êxito estava classificado como operação descontinuada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Operações continuadas		
Receita operacional líquida	22.034	2.151
Custo das mercadorias vendidas	(16.526)	(1.542)
Lucro bruto	5.508	609
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(2.973)	(510)
Despesas gerais e administrativas	(848)	188
Depreciações e amortizações	(729)	(59)
Resultado de equivalência patrimonial	27	(5)
Outras despesas operacionais, líquidas	(217)	(33)
	(4.740)	(419)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido	768	190
Resultado financeiro líquido	(340)	(55)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	428	135
Imposto de renda e contribuição social	(60)	(43)
Lucro líquido das operações continuadas	368	92
Operações descontinuadas		
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	(2)	-
Lucro líquido do exercício	366	92

O resultado abrangente é apresentado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	368	92
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	(416)	(165)
Plano de benefício definido	(1)	-
Hedge de fluxo de caixa	(1)	3
Outros resultados abrangentes	3	-
Resultado abrangente do exercício	(47)	(70)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos são:

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais	1.349	1.343
Atividades de investimentos	(4.075)	5.970
Atividades de financiamentos	(1.012)	(4.274)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes	587	111
Caixa líquido gerado (consumido)	(3.151)	3.150

Lucro por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Básico e diluído, da operação descontinuada	0,8214	0,2054

Segmento de operações descontinuadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas	22.034	2.151
Lucro bruto	5.508	609
Depreciação e amortização	(729)	(59)
Equivalência patrimonial	27	(5)
Lucro operacional	768	190
Resultado financeiro líquido	(340)	(55)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	428	135
IR e CSLL	(60)	(43)
Lucro de operações continuadas	368	92
Prejuízo (lucro) de op. descontinuadas	(2)	-
Lucro líquido do exercício	366	92
Ativo circulante	8.014	6.560
Ativo não circulante	18.930	5.805
Passivo circulante	9.729	7.209
Passivo não circulante	3.620	2.553
Patrimônio líquido/ Minoritários	13.595	2.603

As operações do Grupo Êxito foram tratadas como um segmento separado em 31 de dezembro de 2019 e em decorrência da descontinuidade da sua operação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, a Companhia passa a ter somente um único segmento, conforme descrito na nota nº 1.2.

33 Eventos subsequentes

33.1 Listagem SENDAS no Novo Mercado da B3 e NYSE

A Companhia através do Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2021, comunicou ao mercado que em 10 de fevereiro de 2021 foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem dos American Depositary Securities (“ADS”) de emissão da Companhia na New York Stock Exchange (“NYSE”).

Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA, após o encerramento do pregão de 26 de fevereiro de 2021 (“Data Corte”), receberão ações de emissão de Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social do GPA. As ações ordinárias de emissão do GPA serão negociadas “com direito ao recebimento de ações de emissão de Sendas”, sob o código “PCAR3” até a Data de Corte, inclusive, sendo que, a partir de 01 de março de 2021, as ações ordinárias de emissão do GPA passarão a ser negociadas “ex direito ao recebimento de ações ordinárias de emissão de Sendas” e as ações de Sendas passarão a ser negociadas no segmento do Novo Mercado sob o código “ASAÍ3”.

Os ADSs de emissão da Companhia serão negociados na NYSE a partir de 01 de março de 2021 e até 05 de março de 2021, inclusive, na modalidade “*when issued*” sob o código “ASAÍ WI”. Os ADSs de emissão da Companhia passarão a ser negociados normalmente (“*regular way*”) na NYSE a partir de 08 de março de 2021 sob o código “ASAÍ”.